



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Perfil Corporativo

A Paracambi Energética (“PCH Paracambi” ou “Companhia”) é a empresa voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Light S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%). A Paracambi Energia foi criada para implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi.

A PCH Paracambi foi inaugurada em maio de 2012 e possui duas unidades geradoras de 12,85 MW cada, perfazendo uma potência instalada de 25,7 MW. A garantia física foi definida pelo Ministério de Minas e Energia em 19,53 MW médios.

A Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

Em 2023, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa

As perspectivas para o exercício de 2023 e futuros são de otimização da fase operacional, com busca de redução de custos operacionais e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

### Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)	2022	2021	Varição 2022/2021
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	234	234	0,0%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	0	14	-100,0%

Em 2022, o volume de venda no ACL foi de 234 MWh, o mesmo se comparado a 2021. Não houve compra no ACL para o ano de 2022.



## Comentário financeiro

### Desempenho financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ M)	2022	2021	Varição 2022/2021
Receita Operacional Líquida	57.464	55.428	3,7%
Despesa Operacional	(19.944)	(29.952)	-33,4%
(+) Depreciação e amortização	11.798	11.804	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>49.319</b>	<b>37.280</b>	32,3%
Resultado Financeiro	1.531	(8.640)	-117,7%
Resultado antes dos Impostos	39.052	16.836	132,0%
IR/CSLL	(3.804)	(2.575)	47,7%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>35.248</b>	<b>14.261</b>	147,2%
Margem EBITDA	86%	67%	27,6%

Em 2022, a Paracambi Energética teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$57.464 milhões, 3,7% acima da realizada em 2021; (ii) custo operacional de R\$19.944 milhões, 33,4% menor do que o registrado no ano anterior; (iii) EBITDA de R\$49.319 milhões, 32,3% maior do apurado em 2021 e (iv) lucro líquido de R\$35.248 milhões ante R\$14.261 milhões reportado em 2021.

### Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor negativo de R\$ 16 milhões em 2022, redução de R\$ 41 milhões se comparado a 2021. Esta variação pode ser explicada pela redução do saldo da dívida com as amortizações no exercício adicionado ao aumento de caixa resultante do resultado da operação.

### Investimentos

Em 2022, a Companhia aumentou seu volume de investimento em 69% quando em relação a 2021, totalizando R\$2.675. Foram realizados investimentos relevantes para a PCH Paracambi, como aquisição de transformador no valor de R\$ 2.033 e compra de equipamentos de proteção de tomada d'água (Log boom) no valor de R\$ 244.

### Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A Paracambi Energética atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implantados ao longo do período de implantação do empreendimento que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.



## Outras Informações

### **Auditores independentes**

Informamos que atualmente, a KPMG é a responsável pelos serviços de auditoria externa da Paracambi Energética. O relatório da administração pode incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

# Paracambi Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022  
com relatório do auditor independente**



# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte  
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)  
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 3362 3700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas  
**Paracambi Energética S.A.** (anteriormente denominada Lightger S.A.)  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paracambi Energética S.A. (“Companhia”) (anteriormente denominada Lightger S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Paracambi Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 27 de maio de 2022, sem ressalvas.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6F-DF

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**  
**(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	4	185	676	Fornecedores	9	7.032	1.853
Títulos e valores mobiliários	5	59.330	28.706	Financiamentos	10	8.623	8.573
Concessionárias e permissionárias	6	3.364	5.274	Tributos e contribuições a pagar	11	193	250
Outros créditos		506	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	1.056	499
Adiantamentos a Fornecedores		-	633	Dividendos a pagar	17	8.371	3.387
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>63.385</b>	<b>35.289</b>	Obrigações trabalhistas		67	70
				<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>25.342</b>	<b>14.632</b>
Títulos e valores mobiliários	5	3.518	3.190	Financiamentos	10	38.089	46.211
Depósitos vinculados a litígios		10	8	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>38.089</b>	<b>46.211</b>
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.528</b>	<b>3.198</b>				
Imobilizado	7	92.964	100.881	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Intangível	8	13.193	14.398	Capital social	15	79.232	79.232
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>109.685</b>	<b>118.477</b>	Reserva de lucros		5.293	3.530
				Dividendos adicionais propostos	17	25.114	10.161
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>109.639</b>	<b>92.923</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>173.070</b>	<b>153.766</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>173.070</b>	<b>153.766</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	17	<b>57.464</b>	<b>55.428</b>
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>	18	<b>(17.890)</b>	<b>(28.307)</b>
Encargos uso de rede		(616)	(473)
Material		(613)	(101)
Energia comprada		(1.210)	(13.158)
Serviço de terceiros		(3.227)	(2.541)
Depreciação e amortização		(11.784)	(11.758)
Seguros		(294)	(157)
Outras		(147)	(119)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>39.574</b>	<b>27.121</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	18	<b>(2.054)</b>	<b>(1.645)</b>
Despesas gerais e administrativas		(2.054)	(1.645)
Outras receitas operacionais			
Outras despesas operacionais			
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>37.520</b>	<b>25.476</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	19	<b>1.532</b>	<b>(8.640)</b>
Receita financeira		5.856	2.433
Despesa financeira		(4.324)	(11.073)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>39.052</b>	<b>16.836</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(3.804)	(2.575)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>35.248</b>	<b>14.261</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>	16	<b>0,4457</b>	<b>0,1803</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício	35.248	14.261
	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>35.248</b>	<b>14.261</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

	Notas	Capital social	Reserva de lucro Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>79.232</b>	<b>2.817</b>	<b>18.343</b>	-	<b>100.392</b>
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(18.343)	-	(18.343)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	14.261	14.261
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	17	-	713	-	(713)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(3.387)	(3.387)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	10.161	(10.161)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>79.232</b>	<b>3.530</b>	<b>10.161</b>	-	<b>92.923</b>
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(10.161)	-	(10.161)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	35.248	35.248
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	17	-	1.763	-	(1.763)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(8.371)	(8.371)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	25.114	(25.114)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>79.232</b>	<b>5.293</b>	<b>25.114</b>	-	<b>109.639</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>24.550</b>	<b>34.537</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.052	16.836
Baixas do ativo imobilizado	7	394	-
Despesa de juros sobre financiamentos	10	4.306	3.909
Depreciação e amortização	7	11.797	11.804
Repactuação de contrato de vendas	9	5.835	-
Atualização monetária GSF		-	7.160
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		<b>(36.834)</b>	<b>(5.172)</b>
Títulos e valores mobiliários		(30.952)	51.908
Concessionárias e permissionárias		1.910	17.987
Adiantamentos a fornecedores e outros créditos		127	(569)
Depósitos vinculados a litígios		(2)	(1)
Fornecedores		(656)	(67.794)
Tributos, contribuições e impostos		(57)	(9)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.247)	(2.725)
Obrigações trabalhistas		(3)	(21)
Obrigações por mercantil		-	(33)
Juros pagos sobre financiamentos		(3.954)	(3.915)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(3.069)</b>	<b>(1.527)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(3.069)	(1.527)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(21.972)</b>	<b>(32.859)</b>
Amortização do principal de financiamentos	10	(8.424)	(8.402)
Pagamento de dividendos	16	(13.548)	(24.457)
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(491)</b>	<b>151</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		676	525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		185	676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Paracambi Energética S.A. ("PCH Paracambi" ou "Companhia") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 11 de maio de 2001, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Paracambi Energética Ltda. Em 27 de agosto de 2009, a Assembleia Geral de Transformação ("AGT") aprovou a transformação de sociedade limitada (Ltda.) para sociedade por ações de capital fechado (S.A.) sob a denominação de Paracambi Energética S.A. A área de atuação operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O prazo de autorização da Companhia é de 30 anos, conforme Resolução nº 63 de 2001, publicada em 16 de fevereiro de 2001, com vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2031, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

A Companhia tem por objeto a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi, nos termos e prazos constantes da respectiva resolução ANEEL nº 525, de 3 de dezembro de 2001.

A PCH foi construída em Ribeirão das Lajes, município de Paracambi - RJ. Seu reservatório atinge, além de Paracambi, os municípios de Piraí e Itaguaí. A usina possui duas unidades geradoras: Kaplan vertical de 12,85MW cada, totalizando uma potência instalada de 25,7MW. A energia assegurada é de 19,53MW médios e é interligada ao sistema de subtransmissão da concessionária local Light Serviços de Eletricidade S/A em tensão de 138kV. A interligação é na linha de transmissão que atende a subestação Nilo Peçanha.

A primeira unidade geradora entrou em operação em 18 de maio de 2012 e a segunda unidade geradora em 15 de julho de 2012.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação da totalidade de sua participação de 51% na Paracambi Energética S.A, pelo valor de R\$108.511.

Em 03 de março de 2022, a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho.

Em junho de 2022, com o fechamento da transação, a Brasal Energia S.A., passou a ser acionista da Companhia juntamente com a Cemig, com participação acionária de 51%.



## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

---

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 27 de abril de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na Nota 20.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) provisão para compra de energia (Nota 9) e (ii) contingências (Nota 13).

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

### **3.1 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.



A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

### **Valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB).

### **Custo amortizado**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, concessionárias e permissionárias, fornecedores e financiamentos.

### **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.



### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **3.3 Concessionárias e permissionárias**

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

### **3.4 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

### **3.5 Ativo intangível**

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.



A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### **3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### **3.7 Provisões**

#### **3.7.1 Geral**

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### **3.7.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



### 3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

#### 3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

#### 3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido, considerando as seguintes taxas:

- **Imposto de renda:** base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- **Contribuição social:** base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.



O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

### **3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou estas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Uma série de novas normas entram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que essas normas recentemente emitidas e ainda não adotadas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

#### **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia monitora de perto os desenvolvimentos futuros.

#### **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração no CPC 32)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Não são esperados impactos relevantes com a adoção desta norma.

#### **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a) CPC 50 - Contratos de seguros; b) Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 e *IFRS Practice Statement 2*); e c) Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23).



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Contas bancárias	185	676
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>676</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários	59.330	28.706
<b>Total</b>	<b>59.330</b>	<b>28.706</b>
<b>Não Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários		
Conta Reserva - BNDES <sup>(i)</sup>	3.518	3.190
<b>Total</b>	<b>3.518</b>	<b>3.190</b>

- i) Saldo aplicado no Bradesco S.A. e está vinculado à garantia do financiamento do BNDES (Nota 10). Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média dos títulos e valores mobiliários é de 100,10% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100,23% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

#### 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos a vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento a Outras Concessionárias (i)	3.364	-	3.364	5.274
<b>Total</b>	<b>3.364</b>	<b>-</b>	<b>3.364</b>	<b>5.274</b>

- i) Refere-se à contas a receber de venda de energia própria para Light Energia e Cemig GT – vide nota explicativa n° 14 – Transação com partes relacionadas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias e permissionárias é divulgada na Nota 20.

## 7. IMOBILIZADO

Segue abaixo a composição do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>								
<b>Geração</b>								
Terrenos	5,50%	18.751	(10.321)	8.430	5,50%	18.751	(9.289)	9.462
Reservatórios, barragens e adutoras	5,60%	86.850	(48.141)	38.709	5,60%	86.850	(43.401)	43.449
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%	2.436	(1.282)	1.154	5,73%	2.436	(1.141)	1.295
Máquinas e equipamentos	5,51%	85.670	(47.562)	38.108	5,51%	85.670	(42.891)	42.779
Móveis e utensílios	6,44%	19	(11)	8	6,44%	19	(9)	10
		<b>193.726</b>	<b>(107.317)</b>	<b>86.409</b>		<b>193.726</b>	<b>(96.731)</b>	<b>96.995</b>
<b>Administração</b>								
Máquinas e equipamentos	14,31%	98	(81)	17	14,31%	98	(77)	21
Móveis e utensílios	6,25%	40	(26)	14	6,25%	40	(24)	16
		<b>138</b>	<b>(107)</b>	<b>31</b>		<b>138</b>	<b>(101)</b>	<b>37</b>
		<b>193.864</b>	<b>(107.424)</b>	<b>86.440</b>		<b>193.864</b>	<b>(96.832)</b>	<b>97.032</b>
<b>Em curso</b>								
Reservatórios, barragens e adutoras		435	-	435		146	-	146
Edificações, obras civis e benfeitorias		415	-	415		282	-	282
Móveis e Utensílios		13	-	13		13	-	13
Material em Depósito		2.107	-	2.107		2.501	-	2.501
Máquinas e equipamentos		3.554	-	3.554		907	-	907
		<b>6.524</b>	<b>-</b>	<b>6.524</b>		<b>3.849</b>	<b>-</b>	<b>3.849</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>200.388</b>	<b>(107.424)</b>	<b>92.964</b>		<b>197.713</b>	<b>(96.832)</b>	<b>100.881</b>

Segue abaixo a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2022
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	9.462	-	-	(1.032)	-	8.430
Reservatórios, barragens e adutoras	43.449	-	-	(4.740)	-	38.709
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.295	-	-	(141)	-	1.154
Máquinas e equipamentos	42.800	-	-	(4.675)	-	38.125
Móveis e utensílios	26	-	-	(4)	-	22
	<b>97.032</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.592)</b>	<b>-</b>	<b>86.440</b>
<b>Em Curso</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras	146	289	-	-	-	435
Edificações, obras civis e benfeitorias	282	133	-	-	-	415
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	-	13
Material em Depósito	2.501	-	(394)	-	-	2.107
Máquinas e equipamentos	907	2.647	-	-	-	3.554
	<b>3.849</b>	<b>3.069</b>	<b>(394)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.524</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>100.881</b>	<b>3.069</b>	<b>(394)</b>	<b>(10.592)</b>	<b>-</b>	<b>92.964</b>

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2021
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	10.494	-	-	(1.032)	-	9.462
Reservatórios, barragens e adutoras	48.189	-	-	(4.740)	-	43.449
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.436	-	-	(141)	-	1.295
Máquinas e equipamentos	47.479	-	-	(4.679)	-	42.800
Móveis e utensílios	30	-	-	(4)	-	26
	<b>107.628</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.596)</b>	<b>-</b>	<b>97.032</b>
<b>Em Curso</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras	-	146	-	-	-	146
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	282	-	-	-	282
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	-	13
Material em Depósito	2.234	267	-	-	-	2.501
Máquinas e equipamentos	75	832	-	-	-	907
	<b>2.322</b>	<b>1.527</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.849</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>109.950</b>	<b>1.527</b>	<b>-</b>	<b>(10.596)</b>	<b>-</b>	<b>100.881</b>

A Companhia está depreciando os ativos da usina pelo método linear considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes ativos não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.



## Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Terrenos	5,50%	Máquinas e equipamentos	14,31%
Reservatórios, barragens e adutoras	5,60%	Móveis e utensílios	6,25%
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%		
Máquinas e equipamentos	5,51%		

De acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 8. INTANGÍVEL

Segue abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro 2022 e 2021:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>								
Servidão de passagem	5,50%	27	(15)	12	5,50%	27	(12)	15
Software	20,00%	285	(285)	-	20,00%	285	(279)	6
Extensão da concessão Lei nº 14.052/2020		15.546	(2.365)	13.181		15.546	(1.169)	14.377
<b>Intangível Líquido</b>		<b>15.858</b>	<b>(2.665)</b>	<b>13.193</b>		<b>15.858</b>	<b>(1.460)</b>	<b>14.398</b>

Segue abaixo a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2022
<b>Em Serviço</b>						
Servidão de passagem	15	-	-	(3)	-	12
Software	6	-	-	(6)	-	-
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	14.377	-	-	(1.196)	-	13.181
	<b>14.398</b>	-	-	<b>(1.205)</b>	-	<b>13.193</b>
<b>Em Curso</b>						
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Intangível</b>	<b>14.398</b>	-	-	<b>(1.205)</b>	-	<b>13.193</b>



	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2021
<b>Em Serviço</b>						
Servidão de passagem	16	-	-	(1)	-	15
Software	14	-	-	(8)	-	6
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	-	-	-	(1.169)	15.546	14.377
	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.178)</b>	<b>15.546</b>	<b>14.398</b>
<b>Em Curso</b>						
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	15.546	-	-	-	(15.546)	-
	<b>15.546</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.546)</b>	<b>-</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>15.576</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.178)</b>	<b>-</b>	<b>14.398</b>

## 9. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Compra de Energia - CCEE	150	-
Materiais	388	1.147
Serviços	601	642
Repactuação PPA (*)	5.835	-
Outros	58	64
<b>Total</b>	<b>7.032</b>	<b>1.853</b>

(\*) Em 2022, foi feita a repactuação do PPA (*Purchase Price Allocation*) junto à Cemig GT e também com a Light Energia, cujo reajuste contratual tinha o IGPM como base, o que havia resultado em um crescimento muito acima da média história de reajustes. O pedido de análise foi apresentado ao BNDES em junho de 2022, e no dia 15 de dezembro de 2022 o banco manifestou parecer favorável à transação. Isso gerou um passivo de R\$ 5.835 em função da vigência do acordo ser retroativa. A data base para efeito do evento junto a Cemig GT contou a partir de junho de 2022 e a Light Energia S.A. a partir de abril de 2021.

## 10. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos e aditivos celebrados entre a Companhia e o BNDES possuem as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos contratos de compra de energia firmados com a Light Energia S.A. e Cemig GT;
- Direitos emergentes da autorização concedida pela ANEEL; e
- Totalidade das ações da Paracambi Energética pertencentes à Brasal Energia S.A., substituindo as ações que eram anteriormente da Light S.A. em decorrência do processo de transferências das ações após as etapas de compra e venda.

O principal da dívida decorrente deste contrato está sendo pago ao BNDES em 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais. A primeira prestação foi paga em 15 de julho de 2012, comprometendo-se a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2028. Conforme descrito na Nota 5, a título de garantia, a Companhia deverá manter uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida em conta vinculada a ser mantida no Bradesco.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota 20.



Abaixo segue quadro com condições contratuais do financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Moeda	31/12/2022			31/12/2021		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES - Subcrédito A	2028	TJLP + 1,97%	R\$	6.858	30.294	37.152	6.818	36.754	43.572
BNDES - Subcrédito B	2028	TJLP + 1,97%	R\$	157	692	849	156	839	995
BNDES - Subcrédito C	2028	TJLP + 1,97%	R\$	1.608	7.103	8.711	1.599	8.618	10.217
<b>Total de financiamentos</b>				<b>8.623</b>	<b>38.089</b>	<b>46.712</b>	<b>8.573</b>	<b>46.211</b>	<b>54.784</b>

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2022:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Real / Indexador							
TJLP + 1,97%	8.403	8.403	8.403	8.403	8.403	4.697	46.712
<b>Total por Indexador</b>	<b>8.403</b>	<b>8.403</b>	<b>8.403</b>	<b>8.403</b>	<b>8.403</b>	<b>4.697</b>	<b>46.712</b>

Seguem abaixo as movimentações do financiamento nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>63.015</b>	<b>177</b>	<b>63.192</b>
Juros financeiros provisionados	-	3.909	3.909
Juros e encargos financeiros pagos	-	(3.915)	(3.915)
Amortização de financiamentos	(8.402)	-	(8.402)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>54.613</b>	<b>171</b>	<b>54.784</b>
Juros financeiros provisionados	-	4.306	4.306
Juros e encargos financeiros pagos	-	(3.954)	(3.954)
Transferência de encargos	364	(364)	-
Amortização de financiamentos	(8.424)	-	(8.424)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>46.553</b>	<b>159</b>	<b>46.712</b>

### **Covenants**

O contrato de financiamento com o BNDES possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívida da Companhia, impossibilitar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal ou implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Estas penalidades ocorrem quando do não atendimento a determinados *covenants* não financeiros ou não cumprimento dos seguintes indicadores financeiros ao final de cada exercício: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (requerido índice superior a 1,2) e (ii) índice de cobertura do capital próprio (requerido ser igual ou superior a 25%).

## **11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR**

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a pagar	8	16
PIS/COFINS a pagar	120	215
ISS	12	6
FGTS	4	3
Outros	49	10
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>250</b>



## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ / CSLL a pagar	1.056	499
<b>Total</b>	<b>1.056</b>	<b>499</b>

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela apuração das alíquotas fiscais combinadas e debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia e Outros	59.641	59.641	57.527	57.527
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - Suprimento de Energia e Outros	4.771	7.157	4.602	6.903
Receitas Financeiras	5.856	5.856	2.433	2.433
<b>Base de cálculo para cálculo dos impostos</b>	<b>10.627</b>	<b>13.013</b>	<b>7.035</b>	<b>9.336</b>
Alíquota do Imposto	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
<b>Imposto apurado</b>	<b>(2.633)</b>	<b>(1.171)</b>	<b>(1.735)</b>	<b>(840)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(3.804)</b>		<b>(2.575)</b>	

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$5.084, os quais não foram registrados em função da opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido. Caso, no futuro, a Companhia opte pelo regime de tributação pelo lucro real, fará jus a eventuais créditos fiscais de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social gerados a partir do momento da opção pelo lucro real.

## 13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

PASSIVO	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	Quantidade de processos (a)	Saldo	Quantidade de processos (a)
Fiscais	6.005	2	5.135	2
Trabalhistas	75	6	68	6
Cíveis	6.389	51	4.333	51
<b>Total</b>	<b>12.929</b>	<b>59</b>	<b>9.536</b>	<b>59</b>



Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais passivas:

**a) Fiscais**

ISS (Autos de Infração nº3188/2010 e 563/2010) - trata-se de processos administrativos que tramitam perante a Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ, por ter a Companhia deixado de recolher o ISS em sua totalidade referente aos serviços prestados de construção civil. A Companhia apresentou impugnações em face destas autuações. Os dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$6.005 (R\$5.135 em 31 de dezembro de 2021). Processo segue sem movimentação.

**b) Trabalhistas**

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras e reflexos, horas *in itinere*, descontos indevidos, pagamento em dobro dos domingos e feriados, adicional de periculosidade e outras verbas mensais e indenizatórias, cujos montantes envolvidos totalizam R\$ 75 em 31 de dezembro de 2022 (R\$68 em 31 de dezembro de 2021).

**c) Cível**

Em 31 de dezembro de 2022, havia 51 ações de desapropriações em curso, onde todo o valor da causa encontra-se devidamente depositado em juízo e o que está sendo discutido são apenas as diferenças dos valores solicitados pelos desapropriados aproximadamente no montante de R\$ 3.865.

**14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS**

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2022 e 2021.

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	<u>Contrato estratégico</u>									
Clientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	3.018	2.160	-	-	28.742	29.021	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Clientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	270	3.039	-	-	30.853	27.885	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção com a Light Energia	Light Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R\$4.	Light SESA	-	-	-	-	-	-	5	37
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	-	-	-	-	-	-	616	473



Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2022
	<u>Contrato estratégico</u>					
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	217.213	dez/10	jun/28	187.407
	<u>Contrato estratégico</u>					
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT-Acionista	CEMIG GT	208.818	dez/10	jun/28	180.058
	<u>Contrato estratégico</u>					
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	Variável	jul/11	12 meses com renovação automática por igual período	-

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com as condições acordadas entre as partes, que são equivalentes as condições de mercado.

### Remuneração dos Administradores

Todos os conselheiros e diretores renunciaram a remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

### Dividendos pagos no exercício

Durante o exercício 2022, a Companhia pagou aos acionistas o montante de R\$ 13.548 de dividendos e possui a pagar registrado em seu balanço patrimonial o montante de R\$ 8.371 referente ao dividendo mínimo obrigatório definido em seu estatuto.

## **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Paracambi Energética S.A. está representado por 79.078.937 unidades de ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$79.232, conforme a seguir:

Acionistas	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação
Light S.A.	-	-	-	40.408	40.330.258	51
Cemig GT	38.824	38.748.679	49	38.824	38.748.679	49
Brasal Energia	40.408	40.330.258	51	-	-	-
<b>Total</b>	<b>79.232</b>	<b>79.078.937</b>	<b>100</b>	<b>79.232</b>	<b>79.078.937</b>	<b>100</b>

### **b) Reserva legal**

Do lucro líquido de cada exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.



### c) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	35.248	14.261
Média ponderada do número de ações ordinárias	79.078.937	79.078.937
<b>Lucro básico e diluído por ações ordinárias em R\$/mil</b>	<b>0,4457</b>	<b>0,1803</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento dilutivo.

## 16. DIVIDENDOS A PAGAR

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos adicionais propostos correspondem a parcela excedente do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, que está condicionada à aprovação do BNDES em face do cumprimento pela de cláusula dos "covenants" constantes no contrato de financiamento do BNDES.

Os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022 foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	35.248	14.261
Reserva Legal	(1.763)	(713)
<b>Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>33.485</b>	<b>13.548</b>
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(8.371)	(3.387)
Dividendos adicionais propostos	(25.114)	(10.161)

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Saldo	R\$/Ação
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020	<b>6.114</b>	
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de 13/10/2021	18.343	0,2320
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.387	0,0428
Dividendos pagos no exercício de 2021	(24.457)	
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2021	<b>3.387</b>	
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de XX/XX/2022	10.161	0,1285
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	8.371	0,1059
Dividendos pagos no exercício de 2022	(13.548)	
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2022	<b>8.371</b>	



## 17. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/20201
Suprimento de Energia	59.641	56.926
Outras	-	601
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>59.641</b>	<b>57.527</b>
PIS/COFINS	(2.177)	(2.099)
<b>IMPOSTO SOBRE RECEITA</b>	<b>(2.177)</b>	<b>(2.099)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>57.464</b>	<b>55.428</b>

A Companhia possui contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com as partes relacionadas Light Energia S.A. e CEMIG.

Da garantia física da PCH Paracambi, 19,53MW estão comercializados para as partes relacionadas Light Energia S.A. (9,945MW médios) e Cemig GT (9,555MW médios), mediante contratos bilaterais em conformidade com a legislação pertinente à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), às regras de comercialização e aos procedimentos de comercialização.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

## 18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos com energia		Custos com operação		Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Encargos uso de rede	-	-	(616)	(473)	-	-
Pessoal	-	-	-	-	(687)	(855)
Material	-	-	(613)	(101)	-	(2)
Energia Comprada *	(1.210)	(13.158)	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	-	-	(3.227)	(2.541)	(718)	(667)
Depreciação e amortização	-	-	(11.784)	(11.758)	(15)	(46)
Seguros	-	-	(294)	(157)	-	-
Aluguéis	-	-	(57)	(37)	(29)	(37)
Outras	-	-	(89)	(82)	(605)	(38)
<b>Total</b>	<b>(1.210)</b>	<b>(13.158)</b>	<b>(16.680)</b>	<b>(15.149)</b>	<b>(2.054)</b>	<b>(1.645)</b>

\* Valor referente ao resultado (a pagar ou a receber) da diferença entre a energia medida e a contratada por agente, valorada ao PLD (preço de liquidação das diferenças) para efeito de liquidação financeira na CCEE. A redução no montante de energia contratada no ano de 2022 refere-se substancialmente a variação do PLD entre 2021 e 2022.



## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITAS</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.806	2.431
Outras receitas financeiras	50	2
	<b>5.856</b>	<b>2.433</b>
<b>DESPESAS</b>		
Encargos de financiamentos	(4.306)	(3.909)
Atualização monetária GSF	-	(7.160)
Arrendamento Mercantil	-	(2)
Juros s/atraso de pagamento	(2)	-
Multas s/atraso de pagamento	(10)	(1)
Outras despesas financeiras	(6)	(1)
	<b>(4.324)</b>	<b>(11.073)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.532</b>	<b>(8.640)</b>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro 2022 e 2021:

Categoria	Níveis	31/12/2022		31/12/2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	-	185	185	676	676
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Custo amortizado	-	62.848	62.848	31.896	31.896
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	Custo amortizado	-	3.364	3.364	5.274	5.274
			<b>66.397</b>	<b>66.397</b>	<b>37.846</b>	<b>37.846</b>
<b>PASSIVO</b>						
Fornecedores (nota 09)	Custo amortizado	-	7.032	7.032	1.853	1.853
Financiamentos (nota 10)	Custo amortizado	-	46.553	45.460	54.784	54.784
			<b>53.585</b>	<b>52.492</b>	<b>56.637</b>	<b>56.637</b>



## Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

### a) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 em 31 de dezembro de 2022.
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 08 de março de 2022).



Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>3.518</b>	<b>4.398</b>	<b>5.277</b>
Aplicações financeiras	CDI	3.518	4.398	5.277
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>(8.464)</b>	<b>(10.580)</b>	<b>(12.696)</b>
BNDES	TJLP + Spread Fixo *	(8.464)	(10.580)	(12.696)
<b>TOTAL</b>		<b>(4.946)</b>	<b>(6.183)</b>	<b>(7.419)</b>
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
CDI (% fim do exercício)		12,18%	15,23%	18,27%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
TJLP (% fim do exercício) + Spread Fixo 1,97%		8,05%	9,57%	11,09%

\* TJLP de 4,55% + Spread Fixo 1,97%

## b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pós Fixadas</b>					
Financiamentos	3.047	8.800	47.100	2.800	61.747
Fornecedores	4.697	4.384	5.750	-	14.831

## c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O risco de crédito de contas a receber encontra-se reduzido, pois as contas a receber são com partes relacionadas da Companhia e os demais saldos a receber oriundos de concessionárias e permissionárias possui os valores em atraso rateados entre todos os agentes da CCEE.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.



Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e títulos públicos pós-fixados.

d) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida de financiamentos	46.553	54.784
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(185)	(676)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	(59.330)	(28.706)
<b>Dívida Líquida (A)</b>	<b>(12.963)</b>	<b>25.402</b>
Total do Patrimônio Líquido (B)	118.011	93.849
Relação Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido	(0,11)	0,27
Índice de alavancagem financeira - % (A/(B+A))	-12%	21%

## 21. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2022:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados à PCH, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "AllRisks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários,



causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Segue abaixo a composição dos principais seguros considerados pela Administração:

Cobertura	Data de Vigência		Importância segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Responsabilidade Civil e Geral	08/01/2022	08/01/2023	R\$12.000	R\$15
Riscos Operacionais <sup>(1)</sup>	08/01/2022	08/01/2023	R\$172.198	R\$279

<sup>(1)</sup> Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$110.000 - Indenização

<sup>(1)</sup> Valor Total em Risco de R\$172.198

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 22. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>
2023	19,5
2024	19,5
2025	19,5
2026	19,5
2027 a 2028	39,0

## 23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as atividades abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei nº14.052/2020	-	15.546
Dividendos mínimo obrigatório a pagar	8.371	-